

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O ESTADO DE S. PAULO Class.: 1049

Data 20/04/86 Pg.: _____

Apoena acredita que ¹⁹⁰ pressão prejudicará índio na Constituinte

Qualquer alteração na legislação que protege o índio brasileiro não deve ser levada à Assembléia Nacional Constituinte, por causa das pressões políticas e econômicas que poderão influir na modificação da Consti-



tuição e das leis como a do Estatuto do Índio. Esta posição foi defendida em Brasília pelo presidente da Funai, Apoena Meirelles, ao fazer um balanço do programa de descentralização do órgão e da situação do índio no Brasil, que teve o seu dia comemorado ontem em todo o País. "A grande questão do índio nunca foi jurídica. Nem antropológica", defendeu Meirelles. "Os problemas que o índio brasileiro vem enfrentando estão mais ligados à estrutura viciada da Funai, que estamos agora modificando."

Mesmo defendendo que o índio no Brasil cada vez mais se vai integrando à sociedade brasileira, o presidente da Funai acha que este não é o momento para se discutir a sua emancipação, modificando-se a legislação em vigor, como defendem técnicos do Ministério do Interior. Apoena acha que, no momento, a Funai deve estar aparelhada para atender aos índios, mudando a metodologia de trabalho de forma a adotar ações diferenciadas para os diferen-

tes grupos que vivem também diferentes graus de aculturação.

"O problema maior — disse ele — está ligado ao fato de que a realidade do índio, hoje, mudou muito, mas a Funai continuava com a mesma estrutura de 20 anos atrás. A excessiva concentração do órgão, em Brasília, e a sua burocratização causaram os problemas que hoje enfrentamos, como a política de clientelismo, que, nos últimos anos, vinha trazendo centenas de índios a Brasília." Apoena afirma que não se pode culpar apenas os índios por essa política de clientelismo.

Apoena garante ter "total esperança" de que o programa de descentralização que vem realizando será bem-sucedido. "Se não der certo — acentuou —, pelo menos eu terei sido o primeiro dirigente do órgão que tentou acertar. Ele acredita que, a partir dessa semana, quando o ministro do Interior, Costa Couto, anunciar os nomes dos dirigentes das seis superintendências regionais que estão sendo criadas em Belém, Manaus, Recife, Curitiba, Cuiabá e Goiânia, o programa, que conta com recursos de Cz\$ 150 milhões para sua implantação, começará de fato a funcionar.

O presidente da Funai explicou que a presidência do órgão, em Brasília, que contará com cerca de 60 funcionários, será estruturada depois da criação das superintendências regionais. Em Brasília, funcionará uma coordenação de terras, ligada às divisões que funcionarão junto às superintendências.